

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.421 - RJ (2019/0107849-0)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : DEUZA CRESCENTE LIMEIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : BRUNO DA ROCHA CURTY RIBEIRO - RJ177763  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO. TESE DE ILEGALIDADE NA DOSIMETRIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. VEDAÇÃO DO RECURSO EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO COM AMPARO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA EM RAZÃO DA REITERAÇÃO DELITIVA. PARECER ACOLHIDO.

1. Se a tese de ilegalidade na dosimetria não foi decidida pelo Tribunal estadual, é inviável a supressão de instância.

2. Inexiste ilegalidade na negativa do recurso em liberdade ao réu que permaneceu preso durante a instrução criminal, se persistem os motivos da prisão cautelar.

2. O art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, dispõe que o Juiz deve decidir, por ocasião da prolação da sentença, de maneira fundamentada, acerca da manutenção ou, se for o caso, da imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação interposta.

3. Havendo sido devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva, com base em elementos concretos dos autos – notadamente na possibilidade de reiteração delitiva –, deve ser mantida a custódia preventiva para a garantia da ordem pública. Precedentes.

4. *In casu*, a preventiva mantida na sentença encontra-se devidamente justificada na garantia da ordem pública, vulnerada pelo real risco de reiteração delitiva, tendo sido destaque pelo Magistrado singular que a ora recorrente possui diversas anotações em sua FAC, inclusive, por furto qualificado e por estelionato. Tudo a revelar a periculosidade *in concreto* da agente.

5. Recurso em *habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nessa extensão, negar-lhe provimento nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

